



Revista dos discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

O enlace entre trabalho, cuidado e gênero: uma entrevista com Nadya Araujo Guimarães

The tying between work, care, and gender: an interview with Nadya Araujo Guimarães

Isabela Vianna Pinho¹

Lina Penati Ferreira²

Fernanda Gobbi³

Uma trajetória enlaçada pela sociologia do trabalho e relações de gênero

Isabela: Nadya, gostaríamos de agradecer muito por ter aceitado nosso convite. Você é uma inspiração e uma referência para todas nós. O nosso dossiê trata de questões sociológicas a partir das experiências de mulheres nas margens da cidade, pensando, sobretudo, em questões relacionadas a gênero, raça e cuidado. Nesse sentido, a primeira questão é referente à sua trajetória. Como as questões de gênero foram aparecendo para você no decorrer do tempo?

Nadya: Eu que tenho que agradecer. Agradecer pela possibilidade da troca e do papo. Na verdade, a minha trajetória sempre foi muito pautada em torno do campo da sociologia do trabalho. A esse respeito, creio que há duas coisas bem interessantes a destacar. Primeiro, esse era um campo muito masculino, cuja agenda era pautada pelo que transcorria num mundo basicamente público. Sim – e surpreendentemente, aos nossos olhos atuais – o trabalho era visto como um espaço público, de homens, de relações formalizadas. Nesse sentido, tudo que dizia do feminino, no trabalho, era fortemente invisibilizado. Paradoxal que assim fosse se lembrarmos que isso tinha lugar num

¹ Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, bolsa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP. ORCID: [0000-0002-3567-297X](https://orcid.org/0000-0002-3567-297X) - E-mail: isaviannapinho@gmail.com.

² Doutoranda em Sociologia pela Universidade de São Paulo - USP, período sanduíche *Princeton University*, bolsa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8725-828X> - E-mail: linapenatti@gmail.com.

³ Mestranda em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, período sanduíche em *Leiden University*, bolsa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP. ORCID: [0000-0003-0218-1282](https://orcid.org/0000-0003-0218-1282) - E-mail: fernandadegobbi3@gmail.com.

momento em que as indústrias tradicionais, largamente dominantes na dinâmica econômica e do emprego, como a têxtil ou a chapelaria, ou os serviços, como a telefonia que se expandia, eram basicamente mantidos pelo trabalho feminino e, não raro, infantil; mas disso quase nunca se falava. Conquanto presentes na atividade produtiva, as mulheres estavam ausentes, ademais, do espaço da organização política dos trabalhadores, ou seja, do espaço da visibilidade pública. Se lembrarmos o que se passou nos países do Norte, quando os homens estiveram ausentes, mobilizados pelos conflitos armados, em especial na II Guerra, por exemplo, houve um lapso de tempo muito importante em que as mulheres ocuparam esse espaço; isso vale também para a Europa. Mas nem mesmo assim as mulheres eram parte visível desse universo público do trabalho. Se nós voltarmos para a presença feminina nos primórdios dos estudos do trabalho, teremos a (ingrata) surpresa de ver que um dos mais importantes balanços sobre a sociologia do trabalho, que percorre o que havia de mais representativo nos estudos na França (Friedmann, 1961;1962), praticamente carece de mulheres entre as suas autoras. E tampouco os capítulos atentam para o trabalho das mulheres. Em suma, esse é um espaço onde as mulheres estavam, mas elas eram invisíveis, estavam invisibilizadas, inclusive nas nossas análises acadêmicas.

Assim, ao ingressar nesse campo, este ainda era um domínio basicamente masculino. Ademais, meu ingresso se fez estudando a construção de identidades operárias em fábricas “de homens”, como era o caso da petroquímica na Bahia. Eu buscava entender a experiência do trabalho em indústrias de fluxo, fortemente automatizadas, e seus elos com as formas identitárias e a formação de uma consciência operária entre jovens, de classe média, na periferia do coração industrial brasileiro. Nunca me esqueço que, não raro, ao iniciar os contatos no trabalho de campo, o que ocorria pelas mãos do pessoal da automação, a legitimidade para ingressar na área operacional, observando e entrevistando trabalhadores, fazia com que fosse apresentada aos meus interlocutores como “a engenheira Nadya”. Quer dizer, era mulher, mas era engenheira. Fazia falta algum passaporte de chegada que compensasse o fato de ser uma mulher que chegava

nesse campo fortemente masculino. Entretanto, e essa foi logo uma das minhas descobertas, era impossível não ver a presença das mulheres nesse mundo de homens da petroquímica. Quando se entrava numa sala de controle, lá estavam as revistas repletas de mulheres (semi)nuas. Quando entrevistava os trabalhadores sobre a sua experiência no trabalho de turno, uma das grandes tensões advinha do medo de deixar a mulher em casa, só... e ser traído. Havia um grande “converseiro” entre os homens sobre o que as mulheres faziam, uma vez sozinhas, em casa. Por outro lado, mesmo nessas empresas, as mulheres estavam fortemente presentes, muito embora segregadas: na limpeza, no laboratório, na área administrativa. Era muito difícil, portanto, pesquisar esse pequeno mundo, pensando as relações sociais que ali se construía, as identidades que ali se teciam, sem se atentar para esse incrível silêncio com respeito às mulheres, cuja presença era, paradoxalmente, muito forte. Essa foi a minha primeira porta de entrada ao trabalho e, ao mesmo tempo, ao interesse pelo tema das relações de gênero no trabalho.

Nesse período trabalhei muito sistemicamente sobre desigualdades tal como se expressavam, não apenas nos locais de trabalho, mas no mercado de trabalho. E novamente era impossível não constatar as chances desiguais de inserção no trabalho segundo determinantes de sexo e cor. Comecei com estudos sobre o mercado de trabalho da Bahia, e, dessa época, lembro um texto do qual até hoje ainda gosto, que se chamava, “O que é que a baiana faz” (Guimarães, 2007). Era um texto sobre divisão sexual do trabalho, mas do trabalho profissional, aquele que é reconhecido como ocupação no mercado. Ficava patente que desde sempre a dimensão das desigualdades de gênero era parte constitutiva do que se passava naquele mercado de trabalho. Ademais, no caso dos estudos sobre Salvador, era muito forte a presença explicativa da dimensão racial. Chamava atenção não somente a desigualdade com respeito às mulheres, mas com respeito aos negros, em especial a desigualdade com respeito às mulheres negras e às trajetórias desiguais de homens negros dentro das empresas (mesmo as fortemente masculinas que eu estudara) e no mercado de trabalho. Essa se tornou uma temática

importante na minha trajetória na sociologia do trabalho nesse momento, e cujos resultados podem ser representados pelo esforço feito no amplo programa de estudos sobre classes e raças na Bahia que coordenei no Centro de Recursos Humanos, apoiado pela Fundação Ford⁴, e do qual resultou o livro *Trabalho e desigualdades raciais no mercado de trabalho* (Castro & Sá Barreto, 1988).

Com a minha vinda para São Paulo, esse interesse se aprofundou. Montamos uma área de estudo do trabalho no Cebrap⁵ fortemente interessada no estudo das desigualdades. Lembro que começamos a trabalhar quase ao mesmo tempo em que a CUT⁶ começava a pensar uma agenda sobre desigualdades raciais e de gênero nas pautas sindicais. Fizemos um trabalho interessante em parceria com a CUT, coordenado por Francisco de Oliveira, analisando as pautas sindicais nesse tema. Em seguida, fizemos um outro, mais alentado e com apoio da Fapesp⁷, em parceria com o Consórcio Intermunicipal da Região do Grande ABC⁸, quando Celso Daniel era prefeito de Santo André. Juntos fizemos um estudo bacana sobre a reestruturação da indústria e dos serviços nessa região, focalizando seus impactos sobre as desigualdades de gênero e raça. Foi muito legal e desafiadora a experiência de construir um estudo e, ao mesmo tempo, fazer com que dele se depreendesse uma agenda juntando movimentos de negros e de mulheres, ONGs, academia e gestores.

E por aí foi, até que a questão do desemprego veio a se tornar uma urgência na agenda pública e, também, na agenda intelectual. No universo das minhas preocupações

⁴ A Fundação Ford foi fundada em 1936 com objetivo de financiar programas de promoção da democracia, redução do racismo e da pobreza.

⁵ O Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) foi criado em 1969, por um grupo de professores de diferentes áreas afastados das universidades pela ditadura militar, para ser um espaço de produção de conhecimento crítico e independente no Brasil.

⁶ Central Única dos Trabalhadores (CUT) é uma entidade de representação sindical brasileira (é representante de parte dos sindicatos), fundada em 28 de agosto de 1983 na cidade de São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo, durante o Primeiro Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, Conclat.

⁷ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) é uma instituição pública de fomento à pesquisa acadêmica, instituída oficialmente em 1962.

⁸ A região do Grande ABC está localizada no sudeste da Região Metropolitana de São Paulo e é composta por sete cidades: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Essa é uma região tradicionalmente industrial e conhecida historicamente por seus movimentos sindicais.

intelectuais, a força das dimensões de gênero e raça passa a estar perpassada a partir de então, não pela presença no trabalho, através da ocupação, mas pela ausência do emprego regular, quer dizer, me interpelava o interesse em entender como a ausência de emprego regular era vivida. Esse estudo foi conduzido de forma comparativa, entre França, Brasil, Japão e, nele, focalizamos alguns grupos-alvo, isto é, grupos de alto risco de desemprego, e dele resultaram três livros principais, publicados no Japão, no Brasil e na França (Guimarães, 1999; Sugita & Kase, 2006; Demazière Et Al, 2013). Nós os observávamos por meio de estatísticas agregadas, com base em análise de trajetórias e, ao mesmo tempo, através de entrevistas biográficas, que foram replicadas com dois anos de intervalo.

Curiosamente, os grupos concebidos no desenho inicial do nosso projeto comparativo eram incrivelmente masculinos. Assim, nos dispúnhamos a observar trabalhadores que tinham posição de chefia – homens em sua quase totalidade! –, cujos postos haviam sido “comidos” no enxugamento e achatamento das hierarquias. Operários – no masculino! –, que tinham uma longa trajetória no trabalho industrial e que haviam perdido os seus empregos na reestruturação das firmas. Jovens que tentavam o primeiro trabalho. Ora, isso me encheu os olhos de sangue, confesso. Cadê as mulheres? Como resposta, no Brasil, fizemos um grupo-alvo, não só de operários, mas de operárias, o que foi revelador, porque a forma como elas falavam da experiência do trabalho era maravilhosamente diversa. O trabalho era a experiência de vida. A perda do trabalho, era, por isso mesmo, a perda de vida fora de casa. Perda de vida pública. Perda da rede de amigos. Falavam do trabalho, por certo, mas, ao fazê-lo, se reportavam a todo um pacote de relações que vinham junto com a experiência do trabalho e que eram indissociáveis do trabalho, no modo como este adquire significado para elas. Mas não era assim na linguagem dos homens. Claro que os homens tinham seus amigos, tinham essas relações, mas a força dessa sociabilidade através do trabalho era fundamental para elas. Era notável nessas narrativas uma interposição entre trabalho, vida, insulamento familiar e ausência de vida.

A casa começa a aparecer com cada vez mais força. A casa, o insulamento na casa, as obrigações com a casa. Talvez por aí, tenha começado a se desenvolver o meu interesse pela questão do cuidado. Era um trabalho do qual não se falava como trabalho. Era um peso enorme em termos emocionais e que a consciência desse peso só aparecia quando se perdia o trabalho no espaço público. Em suma, era muito interessante essa forma especial de viver a relação com os vários tipos de trabalho. O que se nomeia como trabalho, o que não se nomeia como trabalho, e o peso emocional das perdas e das redefinições. Muita coisa interessante aparecerá nessa pesquisa sobre a experiência do desemprego no que concerne ao trabalho em domicílio, na junção entre trabalho remunerado e não-remunerado. Mulheres que perdem o trabalho e começam a trabalhar dentro de casa, costurando, e, nesse caso, como conciliar os compromissos de entrega na indústria de confecção a domicílio com o trabalho doméstico? A temática do trabalho doméstico vai aparecendo, para mim, com muito mais força, com uma força que não tinha antes, na mesma medida em que adquire notável evidência nas narrativas dessas trabalhadoras. Daí a pensar a questão do cuidado era um passo.

O cuidado como enlace das várias formas de trabalho e de diferentes campos acadêmicos

Isabela: Como a discussão do cuidado tem se desenvolvido no debate acadêmico, de forma geral? E qual é a relevância dessa discussão especificamente na América Latina e no Brasil?

Nadya: O cuidado é um campo temático que me encanta porque consegue enlaçar essas várias formas de trabalho. Quando vemos a presença dessas mulheres no mercado, ela está basicamente nos serviços pessoais. Claro que temos mulheres na indústria, mas o enorme sorvedouro de trabalho feminino remunerado é o setor de serviços e, neste, os serviços pessoais. No caso brasileiro, os serviços domésticos são a grande ocupação. Ou seja, é o cuidar do outro. Chama atenção que, no caso das mulheres, se cuida do outro, sempre: você está cuidando do outro, sem remuneração, quando o outro é um dos seus;

e você está cuidando do outro, quando o outro remunera. A literatura do cuidado, de certa maneira, enlaça essas várias formas de trabalho, mostrando como elas estão verdadeiramente imbricadas. Assim fazendo, as desiguais e hierárquicas relações de gênero aparecem.

Ademais, vários pontos dessa agenda do campo de estudos do cuidado são pontos, por assim dizer, quase que obrigatórios na história da sociologia do trabalho e do gênero. A questão do trabalho doméstico não remunerado é um exemplo, uma questão que perpassa o campo dos estudos do trabalho desde os anos 1970, como uma discussão que foi sendo progressivamente estabelecida e ganhando forma. Ela ganha proeminência por dentro do debate marxista sobre o trabalho produtivo e trabalho improdutivo, um debate que foi desafiado a como tratar o trabalho não remunerado que se exerce no domicílio. Ela traz para o campo do trabalho a marca da reflexão dos estudos de gênero. E esse é um ponto interessante, e que complementa a minha primeira resposta. Eu diria que a relativa impermeabilidade dos estudos do trabalho à dimensão de gênero (que destaquei antes), é, de certo modo, posta em xeque com o avanço dos chamados estudos feministas (que antes foram denominados “estudos da mulher”, “estudos sobre a mulher”, “*women studies*”). Esses estudos começam a pôr em xeque alguns dos pilares do senso comum acadêmico no campo da sociologia do trabalho. O que é o trabalho? Quem trabalha? Como se remunera o trabalho? Todas essas perguntas tiveram suas respostas refeitas! Essas senhoras vão alertar: “bem, se olharmos desse outro prisma, a figura resultante será um pouco diferente”. Por certo esse diálogo não era livre de tensão; ao contrário! Foi significativa a tensão teórica entre o que passava a ser aportado pelos estudos feministas e o *mainstream* do campo dos estudos do trabalho que, àquele momento, já era fortemente marcado pela teoria marxista. O “casamento infeliz”, para brincar com o título de um artigo clássico (Hartmann, 1981), fica exposto. Esse diálogo instabiliza, desafia e reconfigura a sociologia do trabalho convencional.

Mas, volto ao ponto inicial do raciocínio: certos tópicos, que hoje são da agenda dos estudos de cuidado, não apareceram na história do campo como estudos de cuidado,

enlaçados do modo como o fazemos hoje, até porque “cuidado” é um rótulo relativamente novo. Dessa forma, os estudos sobre o trabalho doméstico não remunerado e sobre emprego doméstico, tanto quanto as análises sobre a questão do trabalho das mulheres na indústria e as desigualdades que estavam sujeitas, eram todos campos que já se desenvolviam de modo importante. Eles avançavam, avançavam muito. Havia um debate internacional muito significativo nesses campos. Produção, institucionalização, revistas... isso tudo vai crescendo nos anos 1970, 1980, 1990, 2000. Mas, o faziam como linhas que corriam em paralelo no debate acadêmico; o que as enlaçava, diria, era a perspectiva política do feminismo. Já o enlace teórico, acadêmico, analítico, não era visível. Não era explorado. O que me parece interessante com o aporte do campo dos estudos do cuidado é que se almeja deliberadamente produzir esse enlace, tratando essas coisas de uma maneira articulada. Juntando tradições que, conquanto muito interessantes, conversavam relativamente pouco entre si, horizontalmente. A conversa horizontal era mais política. A meu modo de ver, é esse o grande aporte dos chamados estudos do cuidado. E, ademais, eles são muito recentes, é uma literatura que se adensa nos últimos vinte anos.

No caso da América Latina, tal enfoque ganha uma proporção e um curso interessantes porque, pensando alto, há muito mais diferença com relação à teorização sobre o cuidado produzida nos países do Norte, do que talvez se perceba em outros campos. Se comparo com meu próprio campo da sociologia do trabalho, por exemplo, há uma linha muito fértil de estudo sobre cadeias produtivas internacionais que marca a discussão sobre a reestruturação do trabalho a partir dos anos 1990, e o faz transnacionalmente. Essa é uma forma de pensar fortemente internacionalizada, que de algum modo reflete a natureza do próprio objeto; e não sem razão, pois se trata de um fenômeno onde a internacionalização é muito forte. Claro que sempre tem a cor local. Mas é diferente quando falamos no caso dos estudos de gênero e de cuidado. Primeiro, porque nestes a análise precisa estar muito fortemente perpassada pela atenção a uma dimensão simbólica. Por um lado, porque todo o debate sobre o patriarcalismo ganha uma cor

muito particular quando pensamos nos termos das relações de gênero pautadas pelo machismo no Sul. Por outro lado, há uma presença muito importante do emprego doméstico remunerado, notavelmente significativa aqui, e não teve a mesma significação histórica fora daqui, se seguirmos pensando com a anteposição Norte-Sul. Por último, há uma certa decalagem no ingresso das mulheres no mercado de trabalho; entre nós, se ele é muito célere, também se fez algumas décadas depois do que aconteceu nos países do Norte. Portanto, há algumas características fundamentais para entender esses fenômenos. Onde estão as mulheres na relação com o trabalho? O que fazem as mulheres que são remuneradas? Quem as contrata? A quem elas servem? E o que são as relações entre sexos em sociedades muito fortemente familistas? As constituições, na América Latina, são de um familismo explícito e, na discussão de cuidado, o familismo é muito relevante. A responsabilidade primeira, conforme explícito em nosso arcabouço normativo, é da família. Se a família não funciona, e só se isso acontece, então é do Estado que se espera uma ação. Ao mesmo tempo, e essa é uma outra coisa via de regra invisível e que eu acho que é central, que é a experiência da sujeição colonial, que fez com que as mulheres trabalhassem desde sempre para outras mulheres. Confesso que me causa estranheza quando falamos de “crise de cuidado”, “escassez de cuidado”, porque agora as mulheres estão indo para o mercado. Ora, quando as mulheres estavam dentro de casa, as nossas “senhorinhas”, elas tinham as suas mucamas a seu serviço, sempre as tiveram. O fato de que mulheres trabalham para mulheres, ou seja, a delegação da responsabilidade do trabalho não remunerado por algumas mulheres a outras mulheres subalternas sempre foi a regra entre nós. Sendo assim, que história é essa de crise de cuidados? Nossas mulheres que tinham como pagar ou que tinham como submeter sem pagar, por regras de hierarquia racial colonial, elas sempre fizeram essa delegação. As famílias abastadas nunca se viram privadas disso. E essa é uma realidade muito própria da nossa formação social assentada na sujeição colonial e na racialização dos/as assujeitados/as. Ou seja, há uma cor local que marca certas configurações características ao fenômeno do cuidado e sua organização social. E nisso, me parece, o

campo dos estudos do cuidado carece desafiar abordagens excessivamente internacionalizadas, que podem ser mais adequadas a outros fenômenos, por exemplo que a sociologia do trabalho estuda com um linguajar e uma ótica muito mais transnacionalizados.

A meu juízo o que parece mais interessante nesse campo do cuidado é o fato de que carecemos estar todo o tempo desafiando o conhecimento estabelecido, mesmo quando ele se estabeleceu lá fora, onde ele era um conhecimento progressista ao desafiar as regras de entendimento. Mas esse desafio não é suficiente para o entendimento da nossa realidade, das nossas singularidades. Isso porque, no campo dos estudos do cuidado, com frequência estamos pegando na veia alguns dos aspectos cruciais à construção social das nossas sociedades. Mais do que o trabalho, mais do que a economia. É o pilar que sustenta as relações de dominação na nossa sociedade. E esse pilar tem nas relações de gênero uma sustentação muito importante – e esta tem uma cor muito particular. A agenda principal da literatura do cuidado, numa feliz coincidência, cola justamente com essas especificidades. No caso do Brasil, acho que isso é fundamental. Quem tem os milhões de empregadas domésticas como a mais importante ocupação para mulheres, como nós temos, habita um mundo que precisa ser estudado sem prescindir de ter no centro do seu interesse tal particularidade, ou seja, o modo como historicamente construímos, e contemporaneamente sustentamos, essa organização social do cuidado. Assim, para fazer a ponte com o que vínhamos falando, quando pensamos o que aportam os estudos de cuidado, eu diria, me atrai essa ideia do enlace, o cuidado tem essa capacidade de ser uma categoria enlace. Enlace de abordagens, porque junta a filosofia moral com os estudos de gênero, do trabalho, com a sociologia política. Mas, se é um enlace de enfoques, é também de temas, de campos fenomênicos. Claro está que, muitas vezes ao fazermos um enlace, corremos o risco de produzir uma “salada”, porque estamos abrindo um guarda-chuva e incorporando sob esse guarda-chuva uma quantidade de fenômenos diversos, que têm dinâmicas distintas, e os estamos enlaçando por meio da mesma categoria. Isso é, sem dúvidas, uma das tensões no campo.

Outra tensão muito importante é com as autoras produtoras que se consagraram nesses mesmos temas. Não sem razão emerge a crítica no sentido de que “tudo agora é cuidado!?”. Há, claro, razão nesse estranhamento. Entretanto, argumentamos que há um campo de fenômenos que se articulam, que são indissociáveis, e isso é o que permite a construção dessa reflexão teórica de enlace, que constrói o diálogo entre as várias experiências, conquanto heterogêneas. Um dos desafios do campo do cuidado é, por isso mesmo, lidar com essa heterogeneidade. Os estudos de língua espanhola, muito sabiamente, falam “dos cuidados”, mais do que “do cuidado”. No espanhol, sobretudo no espanhol da academia da Espanha, mais do que no espanhol acadêmico da América Latina, essa ideia dos cuidados é muito forte, e, a meu ver, ela dá conta exatamente disso, da grande heterogeneidade nessas formas como se estabelecem essas relações sociais e nas configurações que marcam a organização social do cuidado em diferentes latitudes de fato, se buscarmos as definições conceituais, veremos que são de uma amplitude notável, como a clássica definição de Fisher e Tronto⁹. Nessa conceituação, eu, meu cachorro, as minhas plantas, os meus filhos, a natureza, o mundo em geral... todos, tudo e qualquer coisa, são/somos objetos do cuidado, da atenção que marca o cuidado e do trabalho de cuidar. Sendo assim, o que fazemos para operacionalizar as análises? Até onde irá o que se abarca nesse amplo halo do cuidado? Como tratar essa enorme heterogeneidade? Esse é, sem dúvida, um desafio central ao campo de estudos do cuidado.

Circuitos de cuidado: possibilidades e limites

Lina: Bem, nós já começamos a falar do Brasil e a ideia é aprofundar isso. Há alguns anos você tem colocado algumas questões para pensar a realidade brasileira. Primeiro, a partir do trabalho de cuidado pago, depois do trabalho de cuidado não remunerado,

⁹ A definição à qual a autora se refere é: “On the most general level, we suggest that caring be viewed as a species activity that includes everything that we do to maintain, continue, and repair our 'world' so that we can live in it as well as possible. That world includes our bodies, ourselves, and our environment, all of which we seek to interweave in a complex, life-sustaining web” (40). Disponível em: Fisher & Tronto, 1990.

depois o cuidado como ajuda, e chamando isso tudo, enfim, de “circuitos de cuidado”. Então, se você pudesse falar sobre como formulou essa ideia de circuitos, como pensar isso conjuntamente, em cadeia, explorando quais são as possibilidades que se tem ao pensar essas formas de cuidado como circuito e, por fim, quais os limites que você tem encontrado por enquanto.

Nadya: A necessidade de dar consequência conceitual ao enlace de que tratei acima surge no momento em que estava desafiada a fazer uma revisão bibliográfica que desse conta da ampla produção que temos no Brasil, tentando organizar as ideias para pensar como diferentes tradições contribuíram para entender a nossa organização social do cuidado e suas mudanças no tempo¹⁰. Havia, pensei, que encontrar uma forma de costurar a relação entre essas tradições. Só para citar um ou dois exemplos. Há uma longa tradição de estudos sobre trabalho doméstico não remunerado no Brasil. Os estudos de Hildete Mello (1998) sobre trabalho não remunerado, sobre tempo, alocação de tempo, por exemplo. Também os estudos da Neuma Aguiar (2010; 2011) e o uso do tempo, as formas de operacionalizar a mensuração do tempo de trabalho não remunerado, e iniciativas mais recentes de medir o seu valor econômico, como a de Jordana de Jesus (2018). Seria possível, pensava então, juntar tudo isso com os estudos sobre trabalhadoras domésticas feitos por Mary Castro & Elza Chaney (1988), Suely Kofes (2001), Jurema Brites (2007), dentre outras, e, mais ainda, com as análises mais recentes sobre as profissões remuneradas de cuidado. Diante de tão rica literatura, no meu balanço, me sentia desafiada a organizar essa grande cesta, agora enlaçada por essa categoria monstruosamente ampla de “cuidado”. Bom, nessa hora falou mais alto o meu *ethos* de socióloga: importava pensar o que sustentava as relações sociais. Ora, esses mundos se diferenciam porque são mundos onde se erigem formas diversas de relações sociais. A relação, por certo, envolve sujeição, mas não resolve o problema a mera aplicação de um rótulo e terminar por diluir diferenças substanciais mesclando, sob uma

¹⁰ Trata-se do capítulo relativo ao Brasil, preparado para um Colóquio que teve lugar na USP em 2018, posteriormente publicado como: Guimarães, 2020a.

mesma categoria, a sujeição que a patroa faz com empregada doméstica e a que o médico faz com enfermeira que com ele trabalha numa equipe em um hospital, apenas para nos atemos a formas remuneradas da relação de cuidado. Pensar essas relações, acredito como socióloga, requer pensar de um outro ponto de vista, a saber, do modo pelo qual os indivíduos as significam. Essas relações têm existência objetiva, às vezes são salariais, às vezes não são salariais, às vezes são no domicílio, às vezes são fora domicílio, às vezes são com o corpo, às vezes não são diretamente com o corpo. Podemos organizar a materialidade dessas relações, a expressão material dessas relações de diferentes maneiras.

Mas o que era muito claro para mim, o grande divisor de águas, era o modo como os indivíduos as significavam. Isso porque no cuidado que se volta para um outro (e se recorremos à noção marxiana do trabalho concreto), o trabalho concreto pode ser exatamente o mesmo. O que é o gasto de energia e trabalho no trocar a fralda de uma pessoa? Não vou nem dizer que é um bebê, prefiro dizer de uma pessoa. Para trocar a fralda precisa ter uma fralda, precisa saber como a colocar e fechar. Se pensarmos o trabalho desde esse ponto de vista, equalizamos o que é notavelmente distinto. Como é que se recupera a essência da diferença? Ou, por outra, onde é que está mesmo a diferença? Está no modo pelo qual conferimos significado a esse ato concreto de trocar a fralda. Uma coisa é quando eu troco a fralda do meu filho. Outra coisa quando eu troco a fralda do meu avô, de quem eu tomo conta em casa. Outra coisa é quando a enfermeira no hospital troca a fralda do meu avô, se meu avô está no hospital. Outra coisa é quando a cuidadora troca a fralda do meu avô, quando eu não estou em casa. O significado do ato de trocar a fralda, que é rigorosamente o mesmo, varia radicalmente. Ora, se eu estou querendo pensar as relações sociais, é imperioso começar por pensar o seu significado para as pessoas que estão imersas na situação, na relação de cuidado. Assim pensando, intui que eu poderia agrupar essas tradições da literatura brasileira que eu estava revendo, a partir do modo como aquele trabalho de cuidar era significado por quem o fazia e por quem o recebia. Isso marcava muito o nosso resultado interpretativo, os

caminhos que organizavam tal literatura, por extensão. Não só isso: marcava a literatura porque marcava as relações que eram tecidas, daí porque se espalhava e contaminava, por assim dizer, o modo como nós interpretamos essas mesmas relações. Quando as colegas olham para o emprego doméstico, elas estão olhando a partir de um mundo de significados, olhando a partir da relação entre patroa e empregada, em como se tece essa relação, no lavar o prato, no botar a mesa, no circular pela casa. Tudo isso muda se eu estou pensando do ponto de vista da relação da cuidadora com alguém a quem cuida, ou a minha relação, como dona de casa, com a casa e meus filhos, ou com quem está na casa. Daí porque, pensava então, a própria literatura é levada a valorizar certas dimensões de análise, justamente porque são essas as dimensões significativas para os próprios sujeitos.

Bem, mas como passo daí à ideia de circuito? A noção de circuito tal como a utilizei ao cunhar o que chamei de “circuitos de cuidado” (Guimarães, 2021)¹¹ dialoga, e muito, com a formulação sobre circuitos de Viviana Zelizer (2011). A reflexão de Zelizer caía como uma luva, porque, para ela, o ponto de partida também estava no modo como os indivíduos significavam as relações. Dessa forma, dependendo do modo como eles as significavam, se definiria, numa dada situação, quem poderia fazer aquele trabalho. Bem assim, como aquele trabalho seria remunerado, como ele seria retribuído. Em suma, há toda uma cadeia de consequências para a percepção social e a apreensão analítica sobre a natureza do trabalho que se faz, que vem de um ponto inicial: o que aquela atividade significa para quem está na situação de trabalho e como a mesma é interpretada por quem a vive; por isso mesmo, as fronteiras, obrigações e retribuições por aí se definem. Vejamos alguns exemplos concretos retirados de uma situação de pesquisa. Quando uma cuidadora, dentre as que eu estudo, disse recentemente, em um grupo focal, para outra cuidadora: “Ah, mas às vezes, na casa, ela vinha e pedia para eu fazer alguma coisa que não era do meu idoso, eu não tinha jeito de dizer não”. Ou então: “Eu achava um absurdo o fato de que ela maltratava o meu idoso. A moça da cozinha, ela não preparava o suco

¹¹ Para uma versão aproximada do mesmo argumento, em espanhol, ver: Guimarães, 2023.

tantas vezes quanto era necessário, então eu ia lá e preparava. Quando eu ia preparar, falavam, já que você está fazendo suco para ele, você não pode fazer também um suco para quem sabe quem”. Nesse momento uma outra cuidadora que estava no mesmo grupo focal reagiu: “Você tinha que ter dito que não, porque você não é uma empregada doméstica, você é uma cuidadora”. Abriu-se, assim, uma discussão entre elas. É claro que o que estava em jogo era uma representação subjetiva sobre a situação de trabalho. Que situação é essa? Quem são os outros pertinentes na relação? A relação supõe alteridade. A alteridade supõe que se reconheça quem é esse outro, e daí se estabelece a fronteira. Quem são os atores cabíveis nessa relação? Tudo bem, tudo é lençol, mas eu só cuido do lençol “do meu idoso”. Tudo é chão sujo, mas eu só limpo o chão do quarto “do meu idoso”. Porque além disso, é o espaço de trabalho da outra pessoa, que assim deve ser significado por ela. O mundo do trabalho para ela, nos termos em que entende a sua relação de trabalho, está definido pelo limite do quarto onde está confinado “o seu idoso”. Por isso mesmo, para mim, a ideia era especialmente fértil: o ponto de partida para organizar, para puxar o fio dessa meada, eram as significações, o modo como os indivíduos atribuem significado às formas concretas de trabalho que eles exercem, e como eles definem a relação com os outros. Tudo mais decorre daí.

A ideia de circuito era interessante, porque primeiro, contempla a ideia de delimitação, de fronteira. A noção de fronteira pode ser muito rígida como metáfora, mas enfim, é uma metáfora possível, à mão, e de uso recorrente nas ciências sociais. Mas, por quê a vejo como relativamente rígida, enquanto metáfora e, por isso, há que qualificá-la melhor? Porque essas fronteiras de que trato são fluidas, são negociáveis o tempo inteiro, elas estão sendo sempre negociadas: “Eu não devia fazer isso, mas eu sinto que seria um problema para o meu idoso”. Ou: “Mas eu gosto tanto da menina da cozinha. Eu posso ‘dar uma mão’ a ela. Estou vendo que ela está em apuros”. Delimitamos analiticamente essas fronteiras com uma aparente rigidez, imposta pelo ato de produzir classificações e categorizações interpretativas; entretanto, no dia a dia das relações

sociais, essas fronteiras estão sendo sempre negociadas. A margem que define a fronteira é sempre fluida.

Nesse sentido, ao recorrer à noção de circuitos buscava em primeiro lugar organizar um universo de fenômenos da mesma ordem. Segundo, dispor de um norte para essa organização analítica, norte esse dado pela busca dos significados, de modo a, a partir daí, pensar as formas de exercício e de retribuição. Terceiro, trabalhar com a ideia de que os circuitos de cuidado tal como os imaginei nos meus textos, pensando-os a partir de uma realidade como a brasileira, estão longe de ser uma tipologia acabada e exaustiva. Assim os circuitos que cunhei usando as formas êmicas de remissão a situações como circuitos de cuidado como “obrigação”, como “profissão” ou como “ajuda” são construtos analíticos que surgem da observação de uma dada realidade. Por isso mesmo, tal tipologia carece ser de certo modo reconstruída a cada vez que nos defrontamos com a necessidade de analisar uma nova realidade, ou de analisar a mesma realidade num outro momento de tempo, ou sob um outro prisma. É o caso, por exemplo, da fronteira entre a cuidadora domiciliar que cuida como uma “profissão” e a família que cuida sob a forma de um trabalho não remunerado feito como “obrigação”. A cuidadora, por exemplo, costuma dizer: “Quando eu não estou aqui, eles não fazem nada com o idoso. Eu chego aqui e encontro ele sujo; é impossível, pois eles sabem como fazer”. Onde está a tensão nessa fronteira? Como os circuitos se tencionam? Ou, pensando a partir de um outro prisma, como um circuito pode dar lugar a outro, a mostrar que a fluidez pode produzir transmutação nos tipos? Temos vários exemplos, em belíssimos estudos de caso. A tese de Camila Fernandes (2017), a tese de Priscila Vieira (2017), a tese de Renata Moreno (2019), todas elas mostram de forma explícita ou não como relações que surgem como relações de troca não mercantil, de “ajuda”, eu diria, podem se transmutar e dar lugar a relações mercantis do cuidado, como um desdobramento quase natural.

Vou tomar um caso de uma situação-exemplo, recriada a partir de informações desses estudos de caso para mostrar como algo que facilmente se classificaria, pensando minha “tipologia” de circuitos de cuidado como uma forma de cuidado que é emicamente

significada como “ajuda” se transmuta. A minha amiga, a quem eu devo muito, precisava de alguém que levasse o filho dela na Kombi, na hora que a Kombi vem buscar para a escola; isso porque o trabalho dessa minha amiga começa antes da hora do menino sair. Aí eu me propus a lhe dar uma ajuda e eu sugeri: “Ora, eu estou em casa, e posso fazer isso”. A vizinha do lado, percebendo, me diz: “Ah, já que você faz para Fulana, você não pode ficar com o meu menino e levar também?”. “Tudo bem, eu posso”. E de repente eu tenho cinco crianças para cuidar até a hora de levar à Kombi, e para transportar até a condução escolar. Mais ainda, se tratava de levar e buscar na Kombi, guardando-as até quando as mães voltassem do trabalho; isso porque a escola acaba mais cedo. Opa, uma vez que eu tenho cinco, seis, sete crianças para tomar conta, eu começo a pensar e sugiro: “Bom, já que os meninos ficam aqui comigo, traz então uma bolachinha porque quando eles chegam da escola, ficam com fome, traz uma bolachinha que ajuda. Precisa trocar a fralda, não se esqueça, traga a fralda”. Então, de repente eu vou precisar fazer um lanche para muitas crianças pequenas e ao mesmo tempo cuidar delas; por isso mesmo preciso arranjar alguém que ajude em casa para fazer o lanche para as crianças. Pouco a pouco, o empreendimento se torna um sucesso, e já não são mais três, são cinco, são dez crianças. E a tomadora de conta se vê de certo modo gerindo um negócio. Cobrar? Como cobrar? De quem cobrar? “Eu sei que meu vizinho Fulano não tem emprego, então, eu não vou cobrar dele o que eu cobro do meu vizinho Beltrano”. Dizendo de outro modo, embora seja o mesmo trabalho, ele pode ser pago de formas completamente diferentes, por razões materiais ou mesmo morais. Dessa forma, a tomadora de contas dirá, aplicando a métrica da monetarização do seu serviço: “Claro que eu cobro mais daquele cara que traz o menino todo sujo de cocô. Afinal, por que ele não pode limpar o menino antes de trazer de manhã, por que sou eu que tenho que limpar? Então, eu cobro mais por isso”. Ora, nesse rápido exemplo, o que estamos vendo? Uma relação inicial que eu classificaria como expressando um entendimento de que o cuidado é prestado sob a forma de uma “ajuda” se transmuta e, no modo mesmo do desenvolvimento desse circuito, vai dando lugar a outras formas, crescentemente mercantilizadas; assim sendo,

se aproxima do cuidado que é êmica e analiticamente visto como “profissão”, porque remunerado.

Outro ponto interessante. Quando a literatura dos chamados “países do Norte” se debruçou sobre o tema, privilegiou aquela forma do cuidado remunerado que se exerce como “profissão”. Os primeiros grandes estudos são sobre as enfermeiras, trabalhadoras profissionais do cuidado. Depois, com o aporte das feministas, proliferam os estudos sobre aquela outra forma de cuidado que eu identifiquei como o cuidado que se presta “como obrigação”, e sem retribuição monetária, já que é fundado numa relação que está estatuída por lugar social, ao qual se associa papel social de sexo. Entretanto, as remissões ao fenômeno das “entre-ajudas” no cotidiano das mulheres dos chamados “países do Sul” apareciam com força crescente nos estudos de gênero ali produzidos, embora ainda que nem sempre nomeando o fenômeno como tal. Ora, isso não aparecia na literatura do cuidado, conquanto para mim estivesse claro que nos víamos diante de uma outra forma de relação social de cuidado! Em um país como o Brasil onde, segundo estatísticas oficiais, 2 em 10 domicílios, apenas, têm renda para contratar o que quer que seja de cuidado, ou seja, 8 em 10, não contratam nada, e onde o Estado é avaro, é omissivo, e o cuidado é – como em toda parte – imperioso, por meio de que circuito de relações esse cuidado se resolve? Ele se resolve no plano micro, das relações de ajuda, das trocas, com forte base moral, de obrigação, mas não a obrigação que está ligada a uma posição numa relação familiar, e que tem o domicílio como limite. É o contrário. É a obrigação que escapa da relação familiar, que não tem o domicílio como limite. Às vezes é o quintal. É no meu quintal com o quintal da outra onde essas coisas se negociam. O território, em vez da casa, passa a ganhar proeminência e despertar o interesse analítico.

Por isso mesmo, eu fico arrepiada quando vejo essa noção de “circuitos de cuidado” ser usada como se fosse uma camisa de força. Como uma tipologia, que serve para classificar: aqui o cuidado é obrigação, profissão ou ajuda. Nesse tipo de apreensão bastaria classificar, aplicando uma tipologia, como um objeto que se coloca numa gaveta e se fecha a gaveta. Ora, nesse caso, acabou-se a sociologia, não há lugar para imaginação

sociológica. Nesta, a insatisfação vem própria do uso. O contato com cada nova realidade deve mostrar sempre a insuficiência da teorização de partida, como uma necessidade do progresso do seu próprio conhecimento. Se a teorização é boa, ela tem que ser permanentemente insuficiente. Ela deve se perceber sempre como insuficiente e se deixar desafiar pelas novidades do que você está observando, encontrando em campo. E, assim, você vai refazendo a construção teórica. Assim, por exemplo, cada vez mais, junto com Lina¹², aprendendo com o trato que ela vem dando ao seu objeto¹³, eu vou descobrindo que a minha ideia de “ajuda” é muito bacana, mas deve ser tomada *cum grano salis*. Isso porque há que pensar os limites da categoria “circuito de cuidado como ajuda” quando necessitamos entender as formas coletivas do cuidado comunitário, tema com o qual tenho estado crescentemente envolvida, porque nos toca, e ficou muito evidente na pandemia. Ora, sinto que não posso dar conta do que vimos com força na conjuntura da pandemia, enquanto uma forma de provimento de cuidado entre os vulnerabilizados, usando apenas a equação analítica da ajuda. A ajuda é micro. A ajuda é essencialmente uma relação direta entre pessoas próximas, ainda que não tenha a obrigação do *status* familiar, de pequena escala. Mais ainda, ela é reprodutível na forma de uma relação de obrigação moral. Isso é diferente do que vimos durante a pandemia. É claro que o que vimos durante a pandemia, não teria existido, se não existissem essas redes micro de entre-ajudas. Mas o fenômeno que observamos chamou a atenção para que algo mudou na natureza. É outra coisa. E, aí, cadê a teoria? Ela parece insuficiente. Ficamos insatisfeitas. Mas é insatisfação criadora, insatisfação no bom sentido, que faz avançar o conhecimento.

¹² Parte dessas discussões pode ser verificada na apresentação “Cuidado Comunitário: refletindo a partir de um banco de dados sobre enfrentamentos coletivos à pandemia da Covid-19 no Brasil”, de Nadya Araujo Guimarães, Lina Penati Ferreira e Luma Mundin, no [Seminário Cartas na Mesa](#) – Sessão 4, segundo semestre de 2023.

¹³ Na tese “Circulando cestas, gerindo a vida: circuitos de solidariedade e cuidado coletivo em meio à crise”, a ser defendida em 2024, a autora explora as fronteiras entre circuitos econômicos e cuidado coletivo na construção das campanhas de solidariedade que aconteceram durante a pandemia de Covid-19 no Brasil.

Projetos atuais e futuros

Lina: Acho que a próxima pergunta era um pouco nesse sentido... Você poderia falar sobre os seus interesses atuais e como você tem pensado em relação aos seus projetos futuros, em como você tem expandido as ideias?

Nadya: Na linguagem popular dizemos, “o futuro a Deus pertence”, mas não é o caso aqui. O futuro pertence a quem dele sabe cuidar... Eu sempre penso assim, quanto maior nossa acuidade interpretativa, maior consciência temos de que não sabemos. Quanto melhor eu olho alguma coisa, melhor eu vejo o que está a descoberto, o que eu não estou explicando. Então, para ser franca, não consigo ter uma ideia de futuro, se o pensarmos assim, num largo escopo. Meu futuro, para seguir com ditos populares, é “da mão para boca”. Estou pesquisando um dado assunto e aí... pombas, descobre-se que não se consegue entender algo, que não está se explicando adequadamente! Apareceu algo ainda inexplicável. Quer dizer, algo que não está coberto pelo meu esquema interpretativo. É uma maravilha quando acontece isso. Invés de ser um problema, é uma fonte para continuar pensando. Por exemplo, nesse momento, algumas coisas me animam muito a pensar. A questão do cuidado comunitário é uma delas, que ficou evidente em sua grandeza e importância! E essa emulação a partir dos fatos da realidade social cotidiana é que dá vida à nossa agenda na ciência social, que é uma agenda muito movida pela vida social. A agenda da sociedade pautada em grande medida nos fenômenos que precisamos entender, tanto quanto aqueles que não estamos conseguindo entender com a teorização que temos. Eu acho que o futuro está muito ligado a isso. Quer dizer, à medida que se avança, se é bom o avanço que se faz, ele está deixando entrever o que não se sabe. Ele é tanto melhor, quanto mais ele é capaz de deixar claro que há áreas que estão a descoberto. Como a dizer, “Nossa! Expliquei até aqui, mas não, aqui ainda falta”. E quando se descobre isso, descobre-se que ainda falta, e se avança interpretativamente. E quando achamos que estamos entendendo, a danada da realidade está mudando, e lá estamos nós correndo atrás dela de novo.

Essa experiência da crise sanitária, por exemplo, foi muito significativa para o campo dos estudos do cuidado porque colocou uma série de questões na linha de frente. Hoje estudamos temas incríveis no nosso grupo¹⁴. Por exemplo, a questão da financeirização do cuidado em um espectro muito amplo¹⁵. Mais do que dizer e denunciar: “Olha, o grande capital está tornando o cuidado um grande negócio!” E de fato, está tornando o cuidado um negócio, inúmeras ILPIs¹⁶ estão se tornando um grande negócio, assumindo a feição de verdadeiros hotéis, luxuosas e caras residências privadas com todo o suporte a idosos. Mas, o outro lado – igualmente interessante, é que as pessoas constroem dívidas, pois precisam custear necessidades (imperiosas) de cuidado. Poucos anos atrás, quando preparava o livro *O Gênero do Cuidado* (2022) revisei alguns dados da POF¹⁷, buscando responder à pergunta sobre quem, no Brasil, podia comprar trabalho de cuidado. O achado, a que me referi antes, era de pasmar: apenas 2 em cada 10 famílias tinham renda suficiente para comprar trabalho domiciliar de cuidado, 8 em 10 não o tinham. O que isso significa? Ou o Estado provê, ou as famílias se viram. E como que se viram! O nosso novo passo está sendo o de revisitar os dados da POF, com respeito não mais ao consumo de serviços, mas ao consumo de bens. E os primeiros resultados têm sido muito interessantes. Quanto mais nos aproximamos da base da distribuição de renda, mais cresce o peso dos bens do cuidado nos gastos dos indivíduos. Ademais, quando comparamos os extremos da distribuição de renda as tendências chocam, de tão antepostas. Quando se trata da capacidade de gastar com o trabalho de cuidado, ela cresce numa forma exponencial à medida em que nosso olhar se aproxima do topo da distribuição de renda. Quem é muito rico tem o fonoaudiólogo, o fisioterapeuta, a cuidadora, a doméstica, o motorista, até o piloto de avião (e não é pilhéria, está lá, na

¹⁴ Para saber mais sobre a investigação em curso: <https://cuidado.cebrap.org.br/>.

¹⁵ No projeto de pesquisa *Who Cares? Rebuilding care in a post-pandemic world*, uma série de investigações vem abordando o tema da financeirização do cuidado. Alguns dos trabalhos que já foram publicados sobre esse tema: Debert & Félix, 2023.

¹⁶ Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) são instituições residenciais, de caráter coletivo, destinadas a pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. Elas podem ser governamentais ou não governamentais, contar ou não com o apoio familiar.

¹⁷ Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), realizada pelo IBGE, com o objetivo de identificar e mensurar o consumo, os gastos, os rendimentos e parte da variação patrimonial das famílias brasileiras.

base da POF). Já no outro lado, quando nos aproximamos da base da distribuição de renda, o gasto com serviços domiciliares de cuidado some. Ou seja, como muito bem exprimiu Fátima Guerra (2017) em sua tese de doutorado, o trabalho doméstico remunerado de cuidado é, no Brasil, um bem de luxo.

Entretanto, quando se trata dos bens do cuidado, os gastos são imperiosos. Afinal, a pessoa tem que ter fralda, de algum tipo, tem que ter remédios, tem que ter (por pouco que seja) produtos para sua higiene pessoal, para seu autocuidado. Não importa com que periodicidade, se cabe ou não na receita do domicílio, há que encontrar um modo de fazer face a essa despesa: com salário, com bicos, com empréstimos, com doações financeiras de parentes ou amigos. Por isso mesmo, quanto mais nos aproximamos da base da distribuição de renda, mais significativo é o comprometimento monetário das famílias com gastos relativos a bens necessários ao cuidado. Isso enriquece nossa discussão sobre a configuração e o significado da chamada economia do cuidado. Via de regra, nós mensuramos o seu vigor observando o mercado do trabalho de cuidado, a capacidade de geração de postos de trabalho e o perfil de quem os ocupa. Quase como se houvesse uma simbiose entre dinâmica do mercado de trabalho de cuidado e dinâmica da economia do cuidado. Nossas reflexões mais recentes nos levam a pensar mais além, a explorar outras fronteiras. Por certo temos que focalizar a dinâmica do mercado do trabalho do cuidado, mas também há que atentar para o mercado dos bens de cuidado, e olhar ainda mais adiante pensando o mercado do dinheiro do cuidado. Não fechamos a conta analítica do que é essa economia do cuidado, se não pensarmos esses três pilares. São mercados diferentes – o do trabalho, o dos bens e o do dinheiro –, que podem operar de maneiras distintas, onde as desigualdades assumem formas muito diferentes. Olha que interessante, eu que venho do campo dos estudos do trabalho, me pego dizendo a vocês: “não basta observar apenas a dinâmica do trabalho! O trabalho é só uma pequena parte dessa história, por mais que ele seja nosso atrativo primeiro, inclusive ao entrarmos na agenda do mundo do cuidado”.

Transbordamento da discussão do cuidado para além do debate acadêmico e sociológico: o caso da pandemia e do Enem

Fernanda: Muito bom, Nadya. Muito obrigada por compartilhar tudo isso com a gente. Temos visto nos últimos anos que o debate público sobre o cuidado tem se intensificado, como é que você percebe que esse tema transbordou para além do debate acadêmico e sociológico?

Nadya: Talvez no caso brasileiro, a maior evidência seja a questão da prova de redação do último Enem. Quando alguém me mandou um *print* da prova, e eu vi que, ilustrando a questão proposta – de pôr si algo saliente, por focalizar o tema do cuidado pela lente do trabalho doméstico não remunerado, notei que ali se reproduzia a capa de uma reportagem que a revista *Pesquisa Fapesp* tinha feito com a nossa equipe a propósito do nosso projeto (Queiroz, 2021)¹⁸, dois anos atrás, quando apenas estávamos começando. Pensei: “Nossa, o que é isso?! Caiu no colo, né?” Confesso que não consegui afastar uma lembrança. Quando eu comecei a migrar dos estudos sobre trajetórias, experiências, representações do desemprego para os estudos do trabalho de cuidado, essa foi, como disse a princípio, uma migração longa, que passou por um período de estudo sobre a experiência feminina do desemprego, a experiência dos jovens no desemprego, suas vicissitudes na transição para o mercado de trabalho, as responsabilidades familiares e de cuidado que se colocavam para os que tentavam a autonomização face à família de origem, e almejavam fazer uma família nova... pouco a pouco fui me aproximando do campo do cuidado. Nesse meio termo, mais de uma vez fui delicadamente interpelada por colegas que me diziam algo assim como: “Mas que diabo você está fazendo voltada a esse tema? Que história é essa? Que negócio esquisito. Que é isso de ‘cuidado’?” Era como se eu estivesse traíndo o meu time. Como se fosse Palmeiras e saísse por aí vestida com a camisa do Corinthians. No início, sentia esse estranhamento. O tema aportava,

¹⁸ Atualmente a professora Nadya Guimarães está na coordenação do projeto de pesquisa *Who Cares? Rebuilding care in a post-pandemic world (Trans-Atlantic-Plataform/Fapesp, CNPq, Fundação Arymax, Cebrap)*. Para saber mais sobre a investigação e seus resultados, conferir: [CEBRAP](#).

convenhamos, mas a palavra cuidado espanta. Se formos pensar, à primeira vista, e na sua forma de uso coloquial, ela parece trazer consigo uma carga moral inescapável. Até explicar que o que estamos querendo dizer em termos analíticos, não é exatamente aquilo que o senso comum mais pedestre atribui a essa palavra, a tal da palavra já nos criou muito problema. Curioso, ela cria problemas em diferentes latitudes. As francesas mais eminentes no campo de estudos do cuidado, por exemplo, simplesmente renunciaram a usar a palavra que o vernáculo lhes deixou mais a mão e que se tornara de farto uso nos meios médicos e da saúde em geral, que é *soins*. Ao invés, optaram por importar um termo do inglês – *care*, e olha que francês detesta o uso do inglês.

Essa foi uma disputa. No começo, eu fui uma das que militaram aqui pelo uso da palavra que a língua portuguesa nos punha à mão: cuidado. Por que cargas d'água temos que falar de *care*? O primeiro livro que fizemos (Hirata & Guimarães, 2012), que resultou de um primeiro seminário que coorganizei em 2012, era para se chamar *care* no título. “Não, não! - eu digo. Livro meu, editado no bom português, não vai se chamar assim!” Ele se intitulou *Cuidado e Cuidadoras*. Mas qual o subtítulo? *As várias faces do trabalho do care*. Ou seja, ainda pagava o tributo ao modo como o campo era academicamente reconhecido, até porque era uma conversa de poucos (ou, para ser mais exata, de poucas). É esse o ponto interessante: uma conversa de poucos, umas quantas acadêmicas meio exóticas, que chegam por aqui com essa história de *care*. Mas, imagine fazer um seminário sobre o *care* aqui no Brasil e chamar as cuidadoras. Justamente aquelas que, nesse momento, lutavam por serem reconhecidas como trabalhadoras do cuidado; que recém tinham visto o campo das ocupações do cuidado entrar no repertório da *Classificação Brasileira de Ocupações*. Nomear esse movimento, teórico mas também político, com a palavra “*care*” era uma coisa que me constrangia. Exemplifico: Helena Hirata e eu havíamos montado, à época, um ciclo de seminários na USP, em que a cada mês nos reuníamos para refletir sobre resultados recentes de pesquisa, e em alguns desses eventos lá estavam cuidadoras e outras profissionais do cuidado acompanhando-os, a nosso convite. Não me imaginava falando do que elas faziam como

sendo *care*, justamente diante delas, que lutavam por legitimar a denominação do seu trabalho como de “cuidado”.

Por isso mesmo, uma das coisas que mais me sensibilizaram, foi perceber como a palavra entrou no vocabulário cotidiano e, em seguida, no jargão administrativo da nossa sociedade. Confesso que foi uma descoberta comovente, que eu pude documentar quando analisei a história do uso cotidiano da palavra e, de certa maneira, contar a história do fenômeno entre nós (Guimarães, 2020b). Porque a palavra se estabelece no mundo acadêmico local justamente quando esse objeto, ele mesmo, se estabelece com toda a força; e se estabelece porque havia um grupo social que reivindica esse nome para si, para o que faz. Elas entram nesse mundo dizendo: “nós somos cuidadoras”. Ora, elas dizem isso. A classificação ocupacional de 2002 reconhece e entroniza a palavra. Tudo bem, os direitos associados a esse trabalho ainda são restritos àquelas que o desempenham no âmbito doméstico (graças à mobilização das trabalhadoras domésticas), a profissão de cuidadora não está regulamentada, mas está contabilizada nas estatísticas governamentais, existe para o Estado. Ora, pensava eu, em meio a essa ebulição no Brasil, vamos falar de *care*? Volto a isso, e com indisfarçável entusiasmo, para mostrar como se faz a redefinição de um campo fenomênico que antes aparecia quase como um gueto. Tudo isso porque a sua pergunta me pôs diante de um desafio interessante: como é que uma coisa que surge quase como um gueto, um produto (aparentemente) de importação, ganha tanta vigência? Porque temos uma produção que, hoje, cresce de modo célere nas ciências sociais. Naquele momento inicial, quando nós, cientistas sociais, entramos em cena, há cerca de 20 anos, no Brasil, essa era uma produção que não era sustentada pelas ciências sociais. Ao contrário, quando fizemos um primeiro balanço, Helena Hirata, Kurumi Sugita, e eu (2011), sublinhamos que tal literatura, à época, vinha, praticamente toda ela, da geriatria e da gerontologia. Ou seja, tanto havia que negociar a entrada da abordagem do cuidado no campo dos estudos do trabalho (e das ciências sociais em geral), como havia que negociar a entrada na nossa abordagem enquanto cientistas sociais, notadamente cientistas sociais do trabalho, no

campo dos estudos do cuidado. Tudo isso se deu em muito pouco tempo. Foram 20 anos até chegarmos à legitimidade acadêmica e, como você chama atenção, para que os resultados da pesquisa acadêmica passem em alguma medida, mesmo se ainda pequena, a ser incorporados ao cotidiano da vida em sociedade.

Arriscaria dizer que o crescimento da visibilidade pública desse tema teve dois motores importantes. A própria mobilização das cuidadoras é um desses motores. Foi decisiva a presença política das cuidadoras e a sua reivindicação pública e sistemática do cuidado como um trabalho, que precisa ser reconhecido, contabilizado e que tem direitos. Isso foi decisivo para a primeira onda de visibilidade, uma onda restrita e em que o campo aparece, por assim dizer, pelo negativo. Eu me lembro quando eu estava fazendo esse texto sobre a emergência da palavra cuidadora (Guimarães, 2020b), cuja primeira versão circulou no *Cadernos Pagu* (Guimarães, 2016), vasculhando 150 anos de matérias d'*O Estado de São Paulo*, a palavra cuidado aparecia predominantemente nos anúncios classificados, nos anúncios de (busca e oferta de) empregos. Depois, à medida que os anos avançavam, fui vendo como o tema foi mudando seu lugar no jornal. Primeiro passou a aparecer na página policial (“a cuidadora roubou a patroa”). Depois entrou no mundo dos eventos da página cultural, por meio de filmes sobre cuidadoras, sobre domésticas. Mais adiante chega à página social, até chegar a matéria de capa. Isso é um termômetro de como o fenômeno foi ganhando relevância para a sociedade, tanto assim que, o jornal, que vive da venda da notícia que importa, decide que vale a pena noticiar (ou mesmo refletir) sobre esse objeto. Ora, creio que esse primeiro movimento tem muito a ver com a mobilização das cuidadoras em torno da visibilidade do seu trabalho, do trabalho de cuidado, enquanto um trabalho profissional.

A pandemia, a meu ver, foi o segundo grande motor. Ela deu um laivo de positividade e transformou algo que tinha uma conotação negativa. Eu me lembro, e inclusive inclui nesse texto sobre a evolução no emprego das palavras “cuidado” e “cuidador/a”, falas de parlamentares que, reagindo aos primeiros pleito de regulamentação profissional, diziam: “Mas que que é isso? Querem regulamentar umas coisas tão absurdas como

cuidador de idoso, andador de cão?” Era uma forma de rotular tais atividades, a de cuidador entre elas, como totalmente exóticas, desqualificando-as do ponto de vista social. Por isso tratei essa primeira presença como uma presença pelo negativo, que desce goela abaixo dos âmbitos e do reconhecimento de elites pela força da ação pública das cuidadoras. Mas, a ação desta se alimenta da interface e da força que advém do movimento pela saúde pública, pela saúde coletiva. Foram eles que primeiro vocalizaram politicamente, mais que nós cientistas sociais, esses pleitos por direitos, que serão abraçados pela militância em prol da saúde pública. A longa disputa no Legislativo, a disputa no espaço público em torno do Projeto de Lei regulamentando a profissão farão, pouco a pouco, guinar essa visão negativa, do exótico, do desqualificado, do improcedente, para algo que faz sentido para a reprodução da vida social. A pandemia completou a reversão desse quadro, porque ali ficou socialmente claro algo que a literatura do cuidado vinha dizendo: que todos precisam de cuidado. Mesmo aquelas pessoas que se acham totalmente imunes a qualquer risco, podem, de um momento a outro, estar sob alto risco. Não apenas a criança menor, o idoso dependente e a pessoa com necessidade especial. Esse trio, esse tripé, não exaure o âmbito dos dependentes de cuidado. Todos são dependentes de cuidado em algum momento. Disso resulta as perguntas que nos movem: como se provê o cuidado? Quem o provê? Sobre que condições? Quem são os atores? A pandemia deixou clara essa urgência do cuidado, de uma política pública integrada de cuidado, e, esperemos que isso consolide o valor das profissões do cuidado. Não por acaso presenciamos aplausos nas janelas, em diferentes partes do mundo, para enfermeiras, suas auxiliares, e cuidadoras. Por vezes aquela mesma pessoa que se apartava da trabalhadora do cuidado temerosa da contaminação no ônibus ou no metrô, via, na TV, como se bate palmas à noite, mundo afora... e quem sabe até, em algum momento, chegou a bater palmas, do alto da sua janela. Essa ambivalência foi se criando e o campo foi, por assim dizer, se movendo, ganhando legitimidade social, invadindo o espaço público. Mas, conquanto interessante e veloz, tenho dúvidas de quanto de tudo isso restou.

Fernanda: A última pergunta. Nós somos todas mulheres organizando o dossiê, que é composto majoritariamente por autoras mulheres; então, diante da sua experiência, da sua trajetória, e da sua posição, como uma grande referência para todas nós, você teria alguma orientação ou algum tipo de conselho para nós, jovens sociólogas e pesquisadoras em início de carreira?

Nadya: Diria o seguinte. Enquanto mulheres, para ser direta, nós somos tanto mais socialmente úteis ao nosso campo profissional e ao momento em que vivemos, à sociedade em que vivemos, quanto mais formos capazes de partir da experiência da exclusão, da discriminação, do preconceito, da necessidade de meter a cara, meter os peitos (para dizer no feminino), e romper barreiras, para, a partir daí, pensar nos outros. Nos outros que vivem desigualdades como nós, ainda que não sejam as mesmas desigualdades. Tenho a sensação de que é por aí que importamos. Por exemplo, nesse momento, acho que é muito importante falar do cuidado *queer*, LGBT. Exatamente porque nós temos uma trajetória de conquistas que nos inspira, em maior ou menor grau. Somos produtos de uma onda feminista que nos trouxe à academia, que trouxe nossos problemas à academia, e por isso temos a obrigação de vestir os nossos problemas com problemas de outros que são menos visíveis. Por exemplo, na literatura do cuidado, pensar a questão do cuidar da população LGBT, é fundamental¹⁹. Bem assim, pensar a questão do cuidado em populações afrodescendentes, quilombolas, por exemplo, como estamos pensando²⁰, é igualmente fundamental. E porque temos essa experiência, eu acho que estamos despertas também para abrir a lente e jogar outras formas de invisibilidade para dentro do espaço do que analiticamente importa.

¹⁹ No âmbito do projeto de pesquisa *Who Cares? Rebuilding care in a post-pandemic world* o professor Pedro Nicoli tem liderado investigações sobre a relação entre cuidado, comunidade e pessoas LGBT+. Para saber mais ver: Nicoli, Ramos & Oliveira, 2023.

²⁰ No projeto de pesquisa *Who Cares? Rebuilding care in a post-pandemic world* as professoras Nadya Guimarães e Dyane Reis tem desenvolvido uma pesquisa com uma comunidade quilombola, explorando as tramas dos cuidados nesse território.

Assim penso: não gosto de refletir olhando para o nosso umbigo, nos restringindo ao “já que nós somos mulheres, o que podemos fazer pelas mulheres?” Por certo, há muito o que podemos fazer, mas não só por nós mesmas, mulheres. Assim, por exemplo, uma das pequenas grandes coisas que podemos fazer pelas mulheres é que toda a citação de um trabalho identifique quem o assina pelo prenome. Porque aquele prenome abreviado é uma das belas formas de esconder a produção feminina. Estou olhando para o umbigo? Talvez sim, mas estou segura de que também temos que seguir consolidando os espaços de avanço que alcançamos na academia. Mas não apenas. E justamente porque temos a experiência de ter arrebentado barreiras, podemos olhar para o lado e ver que outras barreiras estão ainda por ser arrebentadas. O nosso estatuto, o estatuto do nosso campo, será tanto maior, quanto mais formos capazes de usar essa experiência, de chegar sem ter sido querida, chegar sem ter sido esperada, para dizer: “Olha quantos ainda restam do lado de fora, na margem! Olha o que está por fazer”. Pode ser que essa seja uma visão muito rosa de nós mesmas. Que eu esteja realmente pensando a partir do umbigo, na contramão do que eu dizia que não querer fazer. Mas eu acho que temos essa especial sensibilidade. Que é uma sensibilidade política, analítica e interpretativa. Olhar quem não tem lugar, quem precisa ter lugar, e quem é relevante para ter lugar nesse campo. Não tenho a menor dúvida de que, no campo do cuidado, ao tomarmos o ponto de vista das experiências de cuidado LGBT, estaremos revendo importantes pilares desse campo. Como mexemos importantes pilares da sociologia do trabalho quando alertamos para o fato de que o trabalho que importa descrever e analisar não era apenas o trabalho dos homens, oprimidos, em sua experiência de trabalhadores fabris; que havia outras formas de opressão, invisibilizadas, tecidas, por exemplo, dentro de casa, e que precisavam ter centralidade na nossa reflexão teórica. Toda vez que a sociologia faz isso, ela cresce. Nós crescemos assim. Não partilho a ideia de que crescamos protegendo nosso quadrado. Ao contrário, protegemos o nosso quadrado pelo resultado do nosso trabalho e, decorrente disso, por nossa capacidade de dizer: “olha há outros a observar, cujos desafios nos desafiam”. Pode parecer pouco ortodoxo, mas é o que penso.



Revista dos discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Referências

Aguiar, Neuma. Mudanças no uso do tempo na sociedade brasileira. **Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais**, v. 34, n. 34, 2011.

Aguiar, Neuma. Metodologias para o levantamento do uso do tempo na vida cotidiana no Brasil. **Revista Econômica**, v. 12, n. 1, 2010.

Brites, Jurema. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. **Cadernos Pagu**, n. 29, p. 91-109, 2007.

Castro, Nadya Araujo; Sá-Barreto, Vanda. **Trabalho e desigualdades raciais no mercado de trabalho**. Negros e brancos no mercado de trabalho em Salvador. São Paulo: Ed. Annablume, 1988.

Chaney, Elza; Garcia Castro, Mary (Eds.). **Muchachas no more** (household workers in Latin America and the Caribbean). Philadelphia: Temple University, 1988.

Debert, Guita Grin & Félix, Jorge. The financialization of care and the indebtedness of the older people in Brazil. In: **Coleção Documentos de Trabalho, Redes Who cares? Rebuilding care in a post pandemic world e Cuidados, direitos e desigualdades**. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento Cebrap, n. 5, p. 1-22, 2023.

Demazière, Didier; Guimarães, Nadya A.; Hirata, Helena; Sugita, Kurumi. **Être chômeur à Paris, São Paulo et Tokyo**. Une méthode de comparaison Internationale. Paris: Presses de Sciences Po, 2013.

Fernandes, Camila. **Figuras da causação**: sexualidade feminina, reprodução e acusações no discurso popular e nas políticas de Estado. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 2017.

Fisher, Berenice & Tronto, Joan. Toward a Feminist Theory of Caring. In: Abel, Emily K. & Nelson, Margaret K. **Circles of care**: Work and identity in women's lives. Albany: Suny Press, 1990. p. 35-62.

Friedmann, Georges. **Traité de Sociologie du Travail**. Paris: Armand Colin, 1961-1962. 2 vols.

Guerra, Maria de Fatima. **Trabalhadoras domésticas no Brasil**: cortes, formas de contratação e famílias contratantes. Tese (Doutorado em Demografia), Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, 2017.



Revista dos discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Guimarães, Nadya A. **Desemprego, uma construção social**. São Paulo, Paris, Tóquio. Belo Horizonte: Ed. Argumentvm, 1999.

Guimarães, Nadya A & Castro, Iracema Brandão. O que é que a baiana faz? Os novos padrões da divisão sexual do trabalho nas atividades urbanas do estado da Bahia. **Caderno CRH**, v. 1, n. 5, 2007.

Guimarães, Nadya A.; Hirata, Helena & Sugita, Kurumi. Cuidado e cuidadoras. O trabalho do 'care' no Brasil, França e Japão. **Sociologia & Antropologia**, v. 1, n. 1, p. 161-192, 2011.

Guimarães, Nadya A. Casa e mercado, amor e trabalho, natureza e profissão: controvérsias sobre o processo de mercantilização do trabalho de cuidado. **Cadernos Pagu**, v. 46, p. 59-77, 2016.

Guimarães, Nadya et al. El cuidado: sus formas, relaciones y actores. Reflexiones a partir del caso de Brasil. In: Guimarães, Nadya; Hirata, Helena (orgs.). **El cuidado en América Latina**. Mirando a los casos de Argentina, Brasil, Chile, Colombia y Uruguay. Buenos Aires: Fundación Medifé Edita, 2020a. p. 75-118.

Guimarães, Nadya A. A Emergência do Cuidado: Nomear, Reconhecer, Obscurecer. In: Guimarães, Nadya A. & Hirata, Helena S. **O Gênero do Cuidado: desigualdades, significações e identidades**. São Paulo: Atêlie Editorial, 2020b. p. 53-90.

Guimarães, Nadya Araujo. The circuits of care. Reflections from the Brazilian case. In: Guimarães, Nadya & Hirata, Helena (Ors.). **Care and care workers. A Latin-American perspective**. Cham: Springer. 2021. p. 125-148.

Guimarães, Nadya & Hirata, Helena. **O Gênero do Cuidado. Desigualdades, identidades, significações**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2022.

Guimarães, Nadya. El cuidado y sus circuitos. Significaciones, relaciones, retribuciones, In: Jaramillo, Isabel & Garzón, Tary. **Nuevas familias, nuevos cuidados**. Buenos Aires: Ed. SigloXXI de Argentina, 2023. p. 95-182.

Hartmann, Heidi. The Unhappy marriage of marxism and feminism: towards a more progressive union. In: Sargent, Lydia (Ed.). **Women and revolution: a discussion of the unhappy marriage of marxism and feminism**. Montreal: Black Rose Books, 1981.

Hirata, Helena & Guimarães, Nadya Araujo. **Cuidado e Cuidadoras – As Várias Faces do Trabalho do Care**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2012.



Revista dos discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Jesus, Jordana. **Trabalho doméstico não remunerado no Brasil:** uma análise de produção, consumo e transferência. Tese (Doutorado em Demografia), Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, 2018.

Kofes, Suely. **Mulher, mulheres:** identidade, diferença e desigualdades na relação entre patroas e empregadas domésticas. Campinas: Unicamp, 2001.

Mello, Hildete. O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras. **Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA)**, n. 565, 1998.

Moreno, Renata F. C. **Entre a família, o Estado e o mercado** - mudanças e continuidades na dinâmica, composição e distribuição do trabalho doméstico e de cuidados. Tese (Doutorado em Sociologia), São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, 2019.

Nicoli, Pedro Augusto Gravatá & Ramos, Marcelo Maciel (Org.). **Reflexões e reinvenções em gênero e sexualidade:** identidades, preocupações e cuidado num contexto político e sanitário adverso. Belo Horizonte: Dialética, 2023. v. 1. 264p .

Queiroz, Christina. Economia do cuidado. Aumento na expectativa de vida da população e novos arranjos familiares ampliam a demanda por cuidadores e desafiam a gestão pública. [Pesquisa Fapesp](#), edição 299, jan. 2021.

Vieira, Priscila P. F. Trabalho e Pobreza no Brasil entre narrativas governamentais e experiências individuais. Tese (Doutorado em Sociologia), São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, 2017.

Sugita, Kurumi & Kase, Kazutoshi (Dir.). **The Unemployed and Unemployment in an International Perspective:** Comparative Studies of Japan, France and Brazil. Université de Tokyo, 2006.

Zelner, Viviana. **Economic Lives:** How Culture Shapes the Economy. Princeton, US: Princeton University Press, 2011.